



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, da Senhora HADA ALVES MEDEIROS.

A extinta, exemplo de bondade, dignidade e honradez, causou consternação nos meios sociais de nossa sociedade, que reconheciam as suas excepcionais qualidades.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Sr. Herculano Medeiros, residente à Rua Comendador Franco, 2935 (Guabirota), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento, no dia 24 p.passado, da Senhora ADELAIDE GOMES DA SILVA, genitora do Dr. Aureo Gomes da Silva.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência da decisão à família enlutada, na pessoa do Dr. Aureo Gomes da Silva, à Rua Ângelo Sampaio, 2444, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, seja expedida a solicitação à SANEPAR, para que, de imediato, promova a instalação do sistema de abastecimento de água na sede do Município de Jesuitas.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1981.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O recém-criado Município de Jesuitas, não possui instalação apropriada de água em sua sede. Os pedidos são constantes em razão da grande necessidade de se ter boa qualidade de água para consumo diário, visto que sua potabilidade é responsável pelo crescimento saudável de uma comunidade.

Portanto, por achar que a presente reivindicação seja justa e necessária, é que apresentamos o mesmo, esperando que encontre apoio nesta Casa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 32/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Os cargos de Assessor de Imprensa dos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná, serão providos exclusivamente por jornalistas habilitados nos termos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e do Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.

Parágrafo único — O mesmo procedimento se aplicará aos auxiliares que prestem serviços profissionais de natureza jornalística nas assessorias de imprensa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Assegurar o exercício profissional nas assessorias de imprensa dos órgãos públicos estaduais, exclusivamente, de jornalistas legalmente habilitados, garantindo melhor qualidade do serviço e resguardando os interesses dessa importante classe.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente e não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

Ausente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Nescesito de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/79, de autoria dos Deputados RENATO BERNARDI e ANTÔNIO ROMERO FILHO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/80, de autoria do Deputado RENATO LOURES BUENO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada “Reserva V”, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de Utilidade Pública a “Associação Cascavelense de Amigos de Surdos — ACAS”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, com sede e foro na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública o “Serviço de Obras Sociais — SOS”, com sede na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 12/81), que visa doar à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR e à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, parte do imóvel denominado “Caieira”, situado no Município de Guaratuba, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, bem como outros titulares de cargos públicos, e dá outras providências que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 142/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É obrigatória a apresentação de declaração

de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, inclusive os titulares de Delegacia de Polícia, bem como para quem assumir cargo ou função a nível de Direção ou Conselho, em empresas públicas, autarquias, fundações, sociedades de economia mista ou em qualquer tipo de sociedade onde o poder público possua mais de cinquenta e um por cento (51%) de ações ou de cotas de participação.

Art. 2.º — Ao termo da gestão ou na cessão do exercício do cargo ou função, o servidor, de que trata o artigo anterior, apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso de função ou cargo exercido.

§ 1.º — Na hipótese de renúncia ou afastamento do cargo ou função, a declaração de bens será feita nos dez dias subsequentes em que se verificar o desligamento.

§ 2.º — A falta de declaração de bens implicará em crime de responsabilidade, nos termos da lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.980.

a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

A declaração de bens dos responsáveis pela administração pública é uma exigência consagrada na legislação de todos os países civilizados.

Entre nós, muitos titulares de cargos públicos, já são obrigados a cumprir essa formalidade. Lamentavelmente, porém, a maioria dos que se investem em funções que permitem o enriquecimento ilícito estão isentos da obrigação de publicar seus bens, antes e depois do desempenho de certas atividades no seio da administração do Estado.

Essa lacuna é que aplica o presente projeto. Aos honestos e probos, ele enseja a oportunidade de manifestar suas qualidades e virtudes, e aos desonestos, o projeto coloca em anteparo à tentação de se locupletar à custa do patrimônio coletivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 142/80

O projeto de lei em pauta, que contém iniciativa de exigir declaração de bens a quem assumir cargo ou função em comissão da administração direta ou indireta do Estado, merece, quanto à sua objetividade, os nossos maiores elogios, pois, além de sanar lacuna existente na legislação, enseja um maior controle sobre aqueles que exercem cargo de confiança no desempenho das atividades da administração e oferece ao administrador probo uma proteção contra as acusações, muitas vezes infundadas, a que está sujeito.

No tocante aos aspectos legais e constitucionais não encontramos qualquer óbice que se possa alegar.

Nestas condições, opinamos no sentido da aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente,

Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adelaide Gomes da Silva, ocorrido no dia 24 próximo passado, nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Hada Alves Medeiros, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo urgentes medidas para solucionar o abastecimento de água na cidade de Ubatã. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa defere.
(É feita a verificação de votação)

12 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 201/79, 155/80, 160/80, 176/80, 175/80 e 06/81.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 142/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 156/81

designar, LUIZ LOSSO, matrícula n.º 077, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Gabinete da 3.^a Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de março de 1.981.

(Protoc. n.º 1968)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/81

designar, OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Partido Democrático Social – PDS, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.º 2142)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.04.81

aa) JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 305/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário GERSON

NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2474)

PORTARIA N.º 306/81

conceder ao funcionário AYRTON PRECOMA, matrícula n.º 511, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 10 de fevereiro de 1.981, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 898)

PORTARIA N.º 307/81

designar, JORGE RAUL MIGUEL, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2.^a Secretaria, até 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. n.º 2739)

PORTARIA N.º 308/81

prorrogar, até 31 de dezembro de 1.981, a permanência dos funcionários SIDNEY DA CONCEIÇÃO VAZ e RONALDO CATARINO, ora à disposição deste Poder, permanecendo suas designações atuais.

(Protoc. n.º 2512)

PORTARIA N.º 309/81

prorrogar, até 31 de dezembro de 1.981, a permanência do funcionário PERCY BOSTELMANN, ora à disposição deste Poder, permanecendo sua designação atual.

(Protoc. n.º 2740)

PORTARIA N.º 310/81

designar, IVONETE RUTH DE LIMA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços, no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, até 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. n.º 2511)

PORTARIA N.º 311/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de MAI FAIR PERINE, matrícula n.º 187, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 1976)

PORTARIA N.º 312/81

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOANNA DE BIASSIO DA CUNHA, matrícula n.º 443, ocupante do cargo de Taquígrafo, A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da

Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, vencido em 28 de janeiro de 1.977; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 28 janeiro de 1.981, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 1303)

PORTARIA N.º 313/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula n.º 107, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1.974 e 1.º de abril de 1.978, antecipado em razão da incorporação referente ao 2.º quinquênio e das férias de 1.975 e 15 (quinze) dias de férias de 1.971, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 742)

PORTARIA N.º 314/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2271)

PORTARIA N.º 315/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ANNA ROSA BELLO VIANA, matrícula n.º 324, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspon-

dente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2090)

PORTARIA N.º 316/81

conceder à funcionária CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, matrícula n.º 260, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 10 de julho de 1.978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 1305)

PORTARIA N.º 317/81

revogar as Portarias n.ºs 447/80 e 087/80, na parte que se refere ao funcionário JOSÉ PAULO ORTH, matrícula n.º 420, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1642)

PORTARIA N.º 318/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula n.º 421, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1.979 e 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n.º 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2.º quinquênio, compreendido entre 1.º de dezembro de 1.972 e igual data de 1.977; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 08 de fevereiro de 1.980, data em que, em razão da incorporação correspondente ao 2.º quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. n.º 276)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.81

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL.